



9 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 23 de julho de 2024

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na segunda-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na segunda-feira		Comercial, venda na segunda-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,19% São Paulo	129.450	16/julho 5,429	R\$ 1.412	R\$ 6,064	10,40%	10,40%	Fevereiro/2024 0,83
0,32% Nova York	127.859	17/julho 5,483					Março/2024 0,16
	17/7 18/7 19/7 22/7	18/julho 5,588					Abril/2024 0,38
		19/julho 5,603					Maió/2024 0,46
							Junho/2024 0,21

AJUSTE FISCAL

Ministérios da área econômica confirmaram o congelamento de R\$ 15 bilhões no Orçamento para garantir o cumprimento da meta, que deverá ficar no limite máximo de saldo negativo permitido pelas regras do arcabouço fiscal, de 0,25% do PIB

Desoneração forçou corte de gastos, diz Receita

» ROSANA HESSEL

A equipe econômica do governo confirmou o novo corte de R\$ 15 bilhões no Orçamento deste ano para conseguir cumprir uma meta fiscal mais frouxa, após aumentar em R\$ 20,7 bilhões as estimativas de despesas no Orçamento deste ano. Técnicos evitaram criticar a política de valorização do salário mínimo, que ajudou a explodir os gastos previdenciários e ainda colocaram a culpa na prorrogação da desoneração da folha como um dos principais fatores que justificam a contenção de despesas. O valor do corte foi antecipado, na semana passada, pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. “A desoneração da folha de pagamentos está pesando bastante na arrecadação até este momento”, afirmou o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, ontem, a jornalistas. Ele participou da apresentação do relatório de avaliação de receitas e despesas do terceiro bimestre de 2024, ao lado do Secretário de Orçamento Federal substituto, Clayton Luiz Montes, e do Secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron.

De acordo com Barreirinhas, com base nos dados do Fisco desde janeiro até o dia 20 deste mês, o volume estimado de perdas de receita com a desoneração da folha é de R\$ 26,2 bilhões. Desse total, R\$ 15,7 bilhões são referentes à isenção fiscal dos 17 setores beneficiados com a medida, e outros R\$ 10,5 bilhões, com a renúncia fiscal a favor de municípios de até 156,2 mil habitantes. “Essas projeções de receita são feitas pelos técnicos da Receita a partir de metodologia distinta das estimativas feitas pelo Congresso”, disse o titular da Receita Federal. Barreirinhas adiantou que, amanhã, deverá divulgar o resultado da arrecadação de junho com aumento nominal de 15,75% na comparação com o mesmo mês de 2023, e, real (descontada a inflação) de 11,2% e, no acumulado de do ano, de 13,6%.

Novas projeções

Os parâmetros macroeconômicos do relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas foram atualizados e a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) passou de 2,45% para 2,54% e as estimativas para a inflação oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano passaram de 3,7% para 3,9%.

Conforme os dados do relatório, a previsão de receita líquida neste ano encolheu R\$ 13,2 bilhões na comparação com a projeção anterior, para R\$ 2,268 trilhões. Mas receitas extraordinárias, como as ações do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), tiveram redução ainda maior nas projeções, passando de R\$ 55 bilhões para R\$ 37 bilhões devido à diminuição do prazo previsto para o pagamento das negociações, de acordo com Barreirinhas.

A estimativa para as despesas deste ano cresceu R\$ 20,7 bilhões, para R\$ 2,229 trilhões. E a previsão para o resultado primário para este ano passou a ser um déficit primário de R\$ 14,5 bilhões para R\$ 32,6 bilhões. E, para adequar a programação orçamentária ao novo arcabouço fiscal, o governo precisará fazer um bloqueio de R\$ 11,2 bilhões em decorrência do aumento de despesas obrigatórias (Benefícios de Prestação Continuada (BPC) e benefícios previdenciários, de acordo com os órgãos. Segundo técnicos da equipe econômica, as variações para o BPC foram de R\$ 6,4 bilhões, que decorre principalmente do aumento nos quantitativos de benefícios concedidos face ao Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social. Já os benefícios previdenciários apresentaram uma variação de R\$ 4,9 bilhões, que justificada, principalmente, “pelo fato de as despesas dos últimos dois meses terem sido executadas acima do previsto inicialmente em decorrência de mudanças de fluxos internos e comportamentos

inesperados de entrada de pedidos”, considerando a dotação prevista de R\$ 927 bilhões. A previsão financeira dos benefícios previdenciários cresceu R\$ 8 bilhões em relação ao relatório anterior, somando R\$ 923,1 bilhões.

O novo corte no Orçamento, de R\$ 15 bilhões, ainda ficou abaixo do necessário para o cumprimento da meta fiscal de déficit zero neste ano, de acordo com analistas que apontam a necessidade de cortes adicionais nos próximos meses. Pelas contas da economista Tatiana Pinheiro, economista-chefe da Galapagos Capital, o relatório continua otimista pelo lado da arrecadação e, portanto, “seria necessário um contingenciamento de R\$ 33 bilhões” em vez da contenção de R\$ 15 bilhões.

Os especialistas ainda olham com preocupação o fato de, agora, o governo perseguir o limite inferior da meta fiscal, que permite um rombo de até 0,25% do PIB, ou R\$ 28,8 bilhões, em vez do déficit zero. Ao serem questionados sobre isso, os secretários negaram qualquer afrouxamento no compromisso fiscal e minimizaram a preocupação de analistas sobre o afrouxamento da meta. “Eu gostaria de enfatizar que o centro da meta está sendo buscado, continua sendo buscado e vai ser buscado sim”, afirmou Clayton Montes, acrescentando que essa mudança é resultado da interpretação de leis complementares com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Segundo ele, é crível que o governo conseguirá, neste ano, reduzir as despesas em R\$ 9 bilhões com a revisão de sim poderia especificar melhor a questão do contingenciamento, que deveria ser realizado apenas no valor que supera o limite mínimo da conta.

Washington Costa/Ministério da Fazenda



Secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron (centro), com Robson Barreirinhas ao fundo: desafio de aumentar as receitas

que permite um rombo de até 0,25% do PIB, ou R\$ 28,8 bilhões, em vez do déficit zero. Ao serem questionados sobre isso, os secretários negaram qualquer afrouxamento no compromisso fiscal e minimizaram a preocupação de analistas sobre o afrouxamento da meta. “Eu gostaria de enfatizar que o centro da meta está sendo buscado, continua sendo buscado e vai ser buscado sim”, afirmou Clayton Montes, acrescentando que essa mudança é resultado da interpretação de leis complementares com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Segundo ele, é crível que o governo conseguirá, neste ano, reduzir as despesas em R\$ 9 bilhões com a revisão de sim poderia especificar melhor a questão do contingenciamento, que deveria ser realizado apenas no valor que supera o limite mínimo da conta.

O secretário do Tesouro Nacional também minimizou o afrouxamento da meta pela banda. “A meta está sendo cumprida e o objetivo fiscal para o exercício será cumprido. Não tenho dúvidas”, afirmou. Segundo ele, o próprio Marco Fiscal estabelece essa possibilidade da amplitude da meta, e portanto, ela precisa ser observada. “Não há qualquer tipo de relaxamento ou afrouxamento para isso”, reforçou Ceron.

A especialista em contas públicas Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), contudo, fez um alerta sobre o relatório divulgado ontem. “O relatório apresentado materializa alguns riscos apontados nos relatórios da IFI nos últimos meses. A questão do crescimento das despesas obrigatórias em ritmo diferente do crescimento das despesas limitadas pela regra do arcabouço fiscal”, disse.

razão dívida/PIB, que tanto se olha, cabe lembrar finalmente que sua evolução depende crucialmente do diferencial entre a taxa de juros Selic real e a do crescimento real da economia (onde, pelo exercício numérico acima, tem-se uma Selic nominal de 10,5% e real de 6,5%, para uma inflação de 4%, com a economia sendo projetada para crescer em termos reais apenas 1%). Dessa forma, então, o nosso problema não é só olhar a regrinha do Arcabouço, já que ela não é suficiente para garantir que haverá estabilidade na razão dívida/PIB. É preciso ir mais longe: equacionar os gigantescos déficits previdenciários, isto é, caminhar para zerá-los o mais rapidamente possível, abrindo espaço para maiores investimentos em infraestrutura e para o PIB crescer mais.

la, permitindo satisfazer a exigência de o crescimento real não ultrapassar 2,5%, e sem haver motivo suficiente para pânico nos mercados financeiros, por perda de credibilidade ocorrendo dentro de nossas fronteiras... Para encerrar, há ainda uma terceira e última condicionante a ser verificada, a de número 3, que se refere ao superávit primário. Conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO, ele terá de ser centrado em 0,5% do PIB em 2025 com bandas de 0,25 pontos de %, o que se afigura perfeitamente factível, pois se prevê que a receita cresça 5%, e a despesa, 4,6 nesse ano, em consonância com as duas primeiras condicionantes. Quanto à evolução da

razão dívida/PIB, que tanto se olha, cabe lembrar finalmente que sua evolução depende crucialmente do diferencial entre a taxa de juros Selic real e a do crescimento real da economia (onde, pelo exercício numérico acima, tem-se uma Selic nominal de 10,5% e real de 6,5%, para uma inflação de 4%, com a economia sendo projetada para crescer em termos reais apenas 1%). Dessa forma, então, o nosso problema não é só olhar a regrinha do Arcabouço, já que ela não é suficiente para garantir que haverá estabilidade na razão dívida/PIB. É preciso ir mais longe: equacionar os gigantescos déficits previdenciários, isto é, caminhar para zerá-los o mais rapidamente possível, abrindo espaço para maiores investimentos em infraestrutura e para o PIB crescer mais.

razão dívida/PIB, que tanto se olha, cabe lembrar finalmente que sua evolução depende crucialmente do diferencial entre a taxa de juros Selic real e a do crescimento real da economia (onde, pelo exercício numérico acima, tem-se uma Selic nominal de 10,5% e real de 6,5%, para uma inflação de 4%, com a economia sendo projetada para crescer em termos reais apenas 1%). Dessa forma, então, o nosso problema não é só olhar a regrinha do Arcabouço, já que ela não é suficiente para garantir que haverá estabilidade na razão dívida/PIB. É preciso ir mais longe: equacionar os gigantescos déficits previdenciários, isto é, caminhar para zerá-los o mais rapidamente possível, abrindo espaço para maiores investimentos em infraestrutura e para o PIB crescer mais.



RAUL VELLOSO

O NOSSO PROBLEMA NÃO É SÓ OLHAR A REGRINHA DO ARCABOUÇO, JÁ QUE ELA NÃO É SUFICIENTE PARA GARANTIR QUE HAVERÁ ESTABILIDADE NA RAZÃO DÍVIDA/PIB. É PRECISO IR MAIS LONGE: EQUACIONAR OS GIGANTESCOS DÉFICITS PREVIDENCIÁRIOS, ISTO É, CAMINHAR PARA ZERÁ-LOS O MAIS RAPIDAMENTE POSSÍVEL, ABRINDO ESPAÇO PARA MAIORES INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA E PARA O PIB CRESZER MAIS

Qual a melhor política fiscal de 2025 em diante?

A pergunta-chave inicial é: dado o novo mecanismo criado por Haddad (“arcabouço fiscal”), como se deriva o crescimento do gasto a ser autorizado no Orçamento da União para 2025? Para isso, a lei indica três condicionantes básicas a serem obedecidas sequencialmente pelo governo. Para começar, indica-se o crescimento da receita primária previsto pelas autoridades para 2025, e, em seguida, o crescimento da despesa autorizada em relação a 2024, que, agora por exigência legal (“arcabouço”), não poderá ser superior a 70% do aumento relativo à receita primária projetada. Partindo de que o crescimento da receita seja estimado em 5%, conforme a eco-

nomia tem andado..., cabe projetar o crescimento nominal da despesa em 3,5% para 2025, tendo por trás um crescimento real da receita de 1% no mesmo ano, para uma inflação anual estimada em 4%. Fosse só essa a condicionante a obedecer, haveria apenas que distribuir, a partir desse ponto, os valores projetados por órgão, e fechar a proposta para 2025. Só que há algo bem mais complicado, por lei uma segunda condicionante que precisa ser verificada, a de que, em nenhuma hipótese, a variação real dos gastos primários (isto é, exclusive o serviço da dívida) possa ser inferior a 0,6%, nem superior a 2,5%. Ou seja, com base nos números antes indicados,

calcula-se que a variação real dos gastos fique em menos 0,5% (3,5 menos 4%), algo abaixo do limite inferior de 0,6% que acaba de ser indicado. Nesses termos, pela segunda condicionante, deve-se optar por fixar o crescimento nominal da despesa em 4,6% (e não 3,5%), em 2025, o que implicará fixar o crescimento real de 0,6% para essa variável, dando preferência a cumprir, assim, a segunda exigência do Arcabouço há pouco referida, e não a primeira. Em síntese, o crescimento nominal do gasto representará 92% do da receita, um tanto acima dos 70% da primeira condicionante indicada pelo não muito, como diriam nossos vizinhos de língua espanho-

la, permitindo satisfazer a exigência de o crescimento real não ultrapassar 2,5%, e sem haver motivo suficiente para pânico nos mercados financeiros, por perda de credibilidade ocorrendo dentro de nossas fronteiras... Para encerrar, há ainda uma terceira e última condicionante a ser verificada, a de número 3, que se refere ao superávit primário. Conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO, ele terá de ser centrado em 0,5% do PIB em 2025 com bandas de 0,25 pontos de %, o que se afigura perfeitamente factível, pois se prevê que a receita cresça 5%, e a despesa, 4,6 nesse ano, em consonância com as duas primeiras condicionantes. Quanto à evolução da

razão dívida/PIB, que tanto se olha, cabe lembrar finalmente que sua evolução depende crucialmente do diferencial entre a taxa de juros Selic real e a do crescimento real da economia (onde, pelo exercício numérico acima, tem-se uma Selic nominal de 10,5% e real de 6,5%, para uma inflação de 4%, com a economia sendo projetada para crescer em termos reais apenas 1%). Dessa forma, então, o nosso problema não é só olhar a regrinha do Arcabouço, já que ela não é suficiente para garantir que haverá estabilidade na razão dívida/PIB. É preciso ir mais longe: equacionar os gigantescos déficits previdenciários, isto é, caminhar para zerá-los o mais rapidamente possível, abrindo espaço para maiores investimentos em infraestrutura e para o PIB crescer mais.